

Perfil do Impasse Div. Externa

O documento que os países endividados produziram em Cartagena traz algumas novidades interessantes, no que se refere à negociação dos débitos do terceiro mundo para com os países ricos. Define uma plataforma objetiva e negociável em vários pontos, como o estabelecimento de uma taxa fixa de juros, concessão de novos empréstimos e ampliação de prazos para amortização da dívida.

Trata-se de uma peça particularmente importante para o Brasil, na medida que a opinião do grupo possa oferecer alguma forma de apoio à negociação dos nossos encargos junto aos bancos estrangeiros. O Brasil, hoje, mantém uma posição relativamente confortável para a negociação, pois entre os países devedores talvez seja o único que tem conseguido saldo comercial bastante para pagar religiosamente em dia os juros da dívida. Esta circunstância adquire uma relevância especial se levarmos em conta as dimensões dos nossos compromissos. Para pagar os juros de uma dívida de 100 bilhões de dólares, vimos desenvolvendo um esforço comercial extraordinário, através do qual conseguimos ganhar anualmente 12 bilhões de dólares nas trocas com nossos parceiros. Trata-se, para que se tenha uma idéia melhor do feito, do terceiro maior saldo comercial do mundo, vindo a seguir ao Japão e à Alemanha Ocidental, países de antiga tradição no comércio exterior.

A tranqüilidade, portanto, com relação ao pagamento dos juros parece ser um argumento que o Brasil não tem usado adequadamente na negociação do principal. Seria razoável que se exigisse alguma forma de contrapartida para esta disposição e este esforço de adimplência. Ao contrário, o trabalho de negociação, como se vem conduzindo, permite entender que o País acomodou-se ao puro e simples pagamento de juros sem nada exigir, além de uma falsa sensação de independência. Opondo-se a uma negociação com o FMI, o Brasil renuncia à captação de recursos novos ou ao estabelecimento de entendimentos que poderiam resultar na alteração do perfil do principal e, até, de viabilizar-lhe o pagamento. Compreende-se que se fechem as portas ao Fundo, em função daquela descontração bisbilhoteira com que os seus técnicos invadem nossa casa.

O que não se consegue entender é a acomodação. Pudessem o Brasil utilizar apenas parte do seu saldo comercial na importação de matérias-primas, equipamentos ou tecnologia, a feição industrial do País, que já é invejada por algumas das grandes nações européias, melhoraria significativamente. Encontrássemos uma forma de entendimento que nos permitisse, com a parcela mais significativa do saldo comercial, pagar juros e, ao mesmo tempo, abater o principal, estaríamos pelo menos abrindo a perspectiva de um dia chegar a um nível de endividamento razoável. Tudo isto é factível, desde que se decida, de vez, encarar a dívida externa como problema político, e a ela oferecer tratamento compatível. Tancredo Neves disse, com toda clareza, que dinheiro se paga com dinheiro, e não com o sacrifício do povo. Não é

isso contudo ao que temos assistido. Os juros da dívida — e nem mesmo a dívida — vêm sendo quitados à custa de um esforço social altamente desgastante, o que se manifesta ora nos subsídios que se transferem do contribuinte ao esforço exportador, ora na frustração e no desapontamento com que somos obrigados a tirar do bolso nossos dólares conseguidos com muito suor e entregá-los ao credor.

É urgente que o País se liberte deste impasse. A idéia de que o pagamento dos juros nos assegura independência é falsa, porque nos amarra à falta de perspectivas. O caminho político, repita-se, é o indicado para a ruptura. Não se entenda, contudo, como solução política, a retórica do calote com que algumas vozes tentam empolgar a Nação, mas sim a coragem de ousar, de propor, de fixar posições ou, até mesmo, criar impasses para o outro lado da mesa de negociações.

É preciso ter em mente que, se erramos, ao tomar emprestado mais do que poderíamos pagar, erraram também os nossos credores ao não medir adequadamente os riscos em que estavam incorrendo. Até 1979, em especial no governo do general Geisel, os empréstimos externos eram feitos a taxas reais negativas. Para uma inflação internacional da ordem de 10% ao ano, banqueiros abarrotados de petrodólares ofereciam recursos a pouco mais de 7%. Sabíamos, nós e o Presidente, que esta anomalia do mercado seria passageira e que não devíamos aplicar os recursos assim obtidos em projetos megalômanos e de longa maturação, como programas energéticos, ferrovias do aço, entre outras. Os credores, entretanto, o sabiam tanto quanto nós e, mesmo assim, escolheram correr o risco. Não é justo, portanto, que tenhamos hoje de pagar sozinhos por um erro cometido a dois.

A ruptura do impasse, contudo, não depende só de suplicar ou exigir do credor, mas também da criação de condições internas favoráveis e, deste ponto de vista, há que se reconhecer que o elevado grau de estatização da economia brasileira tem sido um dos principais obstáculos ao correto equacionamento de nossas contas externas. Desde que as taxas de juros internacionais começaram a se elevar, esgotando a capacidade de pagamento das empresas como um todo, o setor privado rapidamente procurou o remanejamento de sua estrutura financeira e, hoje, contam-se as empresas que ainda se debatem em dificuldades decorrentes do endividamento em moeda estrangeira. A dívida externa concentra-se, hoje, em sua quase totalidade, nas empresas e órgãos do Governo. É seguro, portanto, esperar que, através de um esforço honesto e enérgico de privatização, seja possível dotar as empresas hoje estatais da agilidade e da criatividade com que o setor privado conseguiu libertar-se dos seus compromissos externos. É seguramente este um dos passos mais importantes que se tem que dar, não só no sentido da solução de nossas contas externas, mas ainda de vários outros problemas que angustiam a economia brasileira.